UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPar
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM MEDICINA

DIEGO DOS SANTOS SILVA

O CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ENTRE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

PARNAÍBA-PI
2025

DIEGO DOS SANTOS SILVA

O CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ENTRE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Delta do Parnaíba como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Medicina. Linha de pesquisa: Saúde do Trabalhador e Saúde Mental.
Orientador: Prof. Dr. João Maria Corrêa Filho.

PARNAÍBA-PI
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

S586c Silva, Diego dos Santos

O consumo de álcool e outras drogas entre agentes da segurança pública brasileira: uma análise de literatura [recurso eletrônico] / Diego dos Santos Silva. – 2025.

36 p.

TCC (Bacharelado em Medicina) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2025.

Orientação: Prof. Dr. João Maria Corrêa Filho.

1. Polícia. 2. Saúde ocupacional. 3. Saúde mental. I. Corrêa Filho, João Maria. II. Título.

CDD: 610

Elaborada por Adriana Luiza de Sousa Varão CRB-3/1493

DIEGO DOS SANTOS SILVA

O CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ENTRE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Delta do Parnaíba como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Medicina Linha de pesquisa: Saúde do Trabalhador e Saúde Mental.
Orientador: Prof. Dr. João Maria Corrêa Filho.

Aprovado em 10 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Maria Corrêa Filho (orientador)
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar

Prof. Dra. Daniela França de Barros
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar

Prof. Dr. Felipe Sávio Cardoso Teles Monteiro
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar

Este trabalho é dedicado à minha família que é parte fundamental na construção dos meus sonhos e, especialmente, à minha mãe, Maria Helena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Ao Deus de Abraão, Yahweh, pois tudo o que existe somente se faz possível com a Sua permissão, e a quem sou grato por ter me dado forças.

À minha família: ao meu irmão Douglas, por quem nutro imenso respeito, sendo uma alma tão ímpar e íntegra; ao meu irmão Danilo, a quem acompanho desde os primeiros dias de vida e por quem tenho um carinho enorme; ao meu pai, o profissional mais competente que já conheci e a pessoa mais forte com quem já convivi; e à minha tia Domingas, uma segunda mãe, por quem tenho apreço gigante devido à sua gentileza inigualável.

À minha mãe, em especial, dona Maria Helena, onde minhas primeiras lembranças de vida são dela empunhando um lápis comigo, ensinando-me desde cedo o caminho da educação. Ela é o principal motivo de eu estar aqui.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Maria, pela parceria não somente durante a orientação deste trabalho, mas também por todo o apoio concedido nestes longos anos de Liga Acadêmica de Psiquiatria do Delta do Parnaíba (LIAP), sendo ele uma figura fundamental na minha inspiração pelos estudos em saúde mental.

Aos amigos que conquistei no curso, fundamentais para tornar esta jornada mais leve e por serem meu sustento quando necessário. Destaco, em especial: Antônio Tiago, cuja amizade transformou minha vivência acadêmica; Pedro, presente desde os primeiros momentos da faculdade; Willian, um grande apoio e por quem tenho imensa consideração; Hyan, parceiro e de alma impar; Graça, pela proximidade e companheirismo durante o internato; Lucas, exemplo de competência; e Igor, amigo desde os primórdios do curso, estendendo minha gratidão a tantos outros.

À minha companheira, Érica, por ter sido meu apoio incondicional nos dias difíceis e partilhar comigo as pequenas alegrias.

A todos os meus professores durante a vida, pois cada parágrafo escrito durante minha trajetória acadêmica carrega um traço de cada um deles.

Chegar aqui não seria possível sem todas as luzes pelo caminho, representadas por estas pessoas em minha vida.

“A persistência é o caminho do êxito.”

Charles Chaplin

RESUMO

A atividade de segurança pública expõe os profissionais a estressores ocupacionais severos, como risco de morte e rigidez hierárquica, que aumentam a vulnerabilidade ao adoecimento mental. O consumo de substâncias psicoativas surge, frequentemente, como um mecanismo de enfrentamento (coping) disfuncional para lidar com essas adversidades. O objetivo deste estudo foi analisar a produção científica brasileira sobre a prevalência e os fatores associados ao consumo de álcool e outras drogas entre agentes da segurança pública. Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) realizada nas bases de dados SciELO, BVS e PubMed dos últimos 15 anos. A busca utilizou descritores controlados, após a aplicação dos critérios de elegibilidade, a amostra final foi composta por 5 artigos publicados entre os anos de 2013 e 2019 focados no contexto brasileiro. A análise apontou a hegemonia do consumo de substâncias lícitas, consolidando o álcool e o tabaco como as principais "válvulas de escape" para o estresse laboral. Destacou-se também o uso relevante de psicofármacos (benzodiazepínicos), sugerindo uma prática de automedicação para controle de ansiedade e distúrbios do sono. O uso de drogas ilícitas apresentou baixa prevalência nos registros, dado possivelmente subestimado devido ao medo de sanções disciplinares. O consumo de substâncias entre agentes de segurança não é um evento isolado, mas um reflexo do sofrimento psíquico atrelado às condições de trabalho e à cultura organizacional. Conclui-se que é urgente a implementação de políticas institucionais de rastreamento ativo e suporte psicossocial que priorizem o cuidado em detrimento de abordagens puramente punitivas.

Palavras-chave: Polícia, Saúde Ocupacional, Saúde Mental.

ABSTRACT

The Public safety activity exposes professionals to severe occupational stressors, such as the risk of death and hierarchical rigidity, which increase vulnerability to mental illness. Psychoactive substance use frequently emerges as a dysfunctional coping mechanism to deal with these adversities. The objective of this study was to analyze Brazilian scientific production regarding the prevalence and factors associated with alcohol and other drug consumption among public safety agents. This is an Integrative Literature Review (ILR) conducted in the SciELO, BVS and PubMed databases from the last 15 years. The search utilized controlled descriptors and, after applying eligibility criteria, the final sample consisted of 5 articles published between 2013 and 2019 focusing on the Brazilian context. The analysis pointed to the hegemony of licit substance consumption, consolidating alcohol and tobacco as the main "escape valves" for work stress. The relevant use of psychotropic drugs (benzodiazepines) was also highlighted, suggesting a practice of self-medication for anxiety and sleep disorder control. The use of illicit drugs showed low prevalence in the records, a figure possibly underestimated due to fear of disciplinary sanctions. Substance consumption among security agents is not an isolated event, but a reflection of psychological suffering linked to working conditions and organizational culture. It is concluded that the implementation of institutional policies for active screening and psychosocial support that prioritize care over purely punitive approaches is urgent.

Keywords: Law Enforcement Officer, Occupational Health, Mental Health.

RESUMEN

La actividad de seguridad pública expone a los profesionales a estresores ocupacionales severos, como el riesgo de muerte y la rigidez jerárquica, que aumentan la vulnerabilidad a la enfermedad mental. El consumo de sustancias psicoactivas surge, frecuentemente, como un mecanismo de afrontamiento (coping) disfuncional para lidiar con estas adversidades. El objetivo de este estudio fue analizar la producción científica brasileña sobre la prevalencia y los factores asociados al consumo de alcohol y otras drogas entre agentes de seguridad pública. e trata de una Revisión Integrativa de la Literatura (RIL) realizada en las bases de datos SciELO, BVS y PubMed de los últimos 15 años. La búsqueda utilizó descriptores controlados y, tras la aplicación de los criterios de elegibilidad, la muestra final estuvo compuesta por 5 artículos publicados entre los años 2013 y 2019 enfocados en el contexto brasileño. El análisis señaló la hegemonía del consumo de sustancias lícitas, consolidando el alcohol y el tabaco como las principales "válvulas de escape" para el estrés laboral. Se destacó también el uso relevante de psicofármacos (benzodiazepinas), sugiriendo una práctica de automedicación para el control de la ansiedad y los trastornos del sueño. El uso de drogas ilícitas presentó baja prevalencia en los registros, dato posiblemente subestimado debido al miedo a sanciones disciplinarias. El consumo de sustancias entre agentes de seguridad no es un evento aislado, sino un reflejo del sufrimiento psíquico vinculado a las condiciones de trabajo y a la cultura organizacional. Se concluye que es urgente la implementación de políticas institucionales de rastreo activo y apoyo psicosocial que prioricen el cuidado en detrimento de enfoques puramente punitivos.

Palabras clave: Policia, Salud Laboral, Salud Mental.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ASSIST: Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test (Teste de Triagem para Álcool, Tabaco e Substâncias)

BVS: Biblioteca Virtual em Saúde

DeCS: Descritores em Ciências da Saúde

HIV: Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)

ICT: Índice de Capacidade para o Trabalho

ILR: Integrative Literature Review (Revisão Integrativa da Literatura)

IST: Infecções Sexualmente Transmissíveis

LSD: Lysergic Acid Diethylamide (Dietilamida do Ácido Lisérgico)

MeSH: Medical Subject Headings

PM: Polícia Militar

PRISMA: Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Metanálises)

PubMed: Base de dados da National Library of Medicine

RIL: Revisão Integrativa da Literatura

SciELO: Scientific Electronic Library Online

TEPT: Transtorno de Estresse Pós-Traumático

n: Número (tamanho da amostra)

%: Porcentagem

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Fluxograma, segundo PRISMA, para seleção de estudos encontrados. Parnaíba-PI, Brasil, 2025 ……..…….. 20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização dos estudos incluídos segundo autoria, título, delineamento metodológico, participantes da pesquisa, ano de publicação e principais resultados …… 23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15

2 OBJETIVOS..... 16

2.1 Objetivo geral..... 16

2.2 Objetivos Específicos..... 17

3 METODOLOGIA..... 17

3.1 Tipo de Estudo..... 17

3.2 Pergunta Norteadora..... 17

3.3 Coleta de Dados e Estratégia de Busca..... 18

3.4 Critérios de Elegibilidade..... 18

3.5 Seleção e Síntese dos Dados..... 19

3.6 Análise dos Resultados das Estratégias de Busca..... 19

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 21

4.1 O Artigos Selecionados..... 21

4.2 A Hegemonia das Substâncias Lícitas: Álcool e Tabaco..... 29

4.3 O Uso de Psicotrópicos: O Fenômeno da Automedicação..... 30

4.4 Condições de Trabalho e Estresse como Gatilhos..... 31

4.5 Desafios na Prevenção e Detecção..... 32

5 CONCLUSÃO..... 32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 34

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um direito fundamental e um pilar essencial para a estabilidade democrática e o desenvolvimento social, conforme estabelecido na Constituição Federal (Brasil, 1988). Neste contexto, o agente de segurança pública (policiais, bombeiros, guardas) é o principal ator estatal, responsável direto pela manutenção da ordem e pelo enfrentamento da criminalidade. Contudo, a eficácia desse serviço está intrinsecamente ligada à saúde e integridade do trabalhador.

Essas profissões são marcadas por uma complexa rede de estressores ocupacionais e está exposta a longas e extenuantes jornadas, a rigidez hierárquica, a baixa remuneração e, sobretudo, a exposição contínua a eventos traumáticos, como a violência letal e o risco iminente de morte. Esta exposição crônica gera quadros de estresse, Burnout e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), tornando o policial uma das categorias profissionais mais vulneráveis ao adoecimento mental no Brasil (Pereira et al., 2022).

O adoecimento psíquico entre policiais é intensificado pela cultura organizacional das corporações, que valoriza a ideia de “força” e “invulnerabilidade” como atributos indispensáveis ao exercício da profissão. Esse ambiente reforça um estigma em relação à saúde mental, fazendo com que a busca por apoio psicológico seja percebida como sinal de fraqueza ou incapacidade (Souza et al., 2012).

Sendo assim, como consequência, muitos policiais evitam expor sintomas emocionais ou psiquiátricos, recorrendo apenas a médicos para tratar manifestações físicas, o que perpetua o ciclo de sofrimento. Além disso, a rígida hierarquia, a falta de suporte institucional e a postura de “endurecimento” frente às situações de risco contribuem para o isolamento e dificultam a adoção de estratégias de enfrentamento saudáveis, agravando o quadro de estresse, depressão e até risco de suicídio. (Souza et al., 2012).

Diante da impossibilidade institucional ou pessoal de processar o sofrimento e o trauma por vias terapêuticas formais, o agente frequentemente recorre à autorremediação. O consumo de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas surge, então, como um mecanismo de coping (enfrentamento) disfuncional, uma forma de "anestesia química" para suprimir a ansiedade, a hipervigilância e os sintomas depressivos (Nash, 2023). Este ciclo vicioso não apenas perpetua o problema, mas o intensifica, elevando o risco de acidentes de trabalho, violência interpessoal e, em

casos extremos, comportamento suicida – uma das maiores causas de morte entre policiais no país (Bazon, 2024).

A prevalência desse uso abusivo induz a uma preocupação significativa, pois a prática rotineira que pode levar ao consumo excessivo de álcool e outras substâncias podem acarretar uma problemática persistente e que requer atenção devida. Ademais, a comorbidade entre transtornos do humor (depressão) e uso de substâncias é um dos fatores de risco mais frequentes para o suicídio em qualquer população, e particularmente crítica na segurança pública devido ao acesso a meios letais (Bertolote et al., 2010).

Diante da urgência em compreender e intervir sobre o adoecimento psíquico na segurança pública, o presente estudo estabelece o seguinte problema de pesquisa: "O que a produção científica dos últimos 15 anos revela sobre as evidências do uso de álcool e outras drogas por agentes da segurança pública no Brasil?

Sendo assim, é fundamental analisar a produção científica existente sobre a saúde mental e o crescente problema do consumo de substâncias na sociedade, muitas vezes utilizado como forma de amenizar transtornos cotidianos. Além disso, o mapeamento das evidências de consumo, abuso e fatores de risco associados é crucial, pois provê subsídios essenciais para a criação de políticas públicas de saúde do trabalhador mais eficazes, humanizadas e que priorizem a não punição. Por fim, focar no bem-estar do agente de segurança pública não é apenas uma questão de saúde ocupacional, mas um dever essencial para garantir uma segurança pública mais íntegra e humana para a sociedade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a produção científica brasileira sobre a prevalência, os fatores de risco e os impactos associados ao consumo de álcool e outras drogas entre agentes da segurança pública no Brasil, identificando as principais lacunas e intervenções propostas na literatura.

2.2 Objetivos Específicos

1) Mapear os principais fatores apontados pela literatura como gatilhos para o uso de substâncias psicoativas na população de agentes de segurança.

2) Identificar, com base nos estudos, o perfil epidemiológico deste consumo, incluindo as substâncias mais prevalentes e os padrões de uso.

3) Discutir as barreiras institucionais e o estigma cultural que dificultam o reconhecimento do problema e a busca por ajuda terapêutica por parte dos agentes.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), método que permite a síntese e a análise do conhecimento produzido sobre um tema específico, permitindo a combinação de dados de estudos primários com diferentes abordagens metodológicas (Soares et al., 2014). O objetivo deste método foi obter um panorama abrangente sobre o consumo de álcool e outras drogas entre agentes de segurança pública no Brasil.

O estudo seguiu as etapas preconizadas para a elaboração de uma RIL: 1) Identificação do tema e formulação da pergunta norteadora; 2) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3) Busca e seleção dos estudos nas bases de dados; 4) Categorização e avaliação dos estudos incluídos; 5) Interpretação dos resultados; e 6) Apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

3.2 Pergunta Norteadora

Para guiar esta revisão, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: "O que a produção científica revela sobre as evidências do uso de álcool e outras drogas por agentes da segurança pública no Brasil?"

3.3 Coleta de Dados e Estratégia de Busca

A coleta de dados foi realizada em setembro e novembro de 2025, por meio de um protocolo de busca nas seguintes bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed (National Library of Medicine). A seleção destas bases justificou-se pela gratuidade, acesso e abrangência: a BVS e a SciELO concentram a maior parte da produção científica da América Latina e do Brasil, enquanto a PubMed oferece um escopo internacional relevante para a área da saúde.

A estratégia de busca utilizou os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) para as bases em português (BVS e SciELO) e os seus equivalentes no Medical Subject Headings (MeSH) para a base em inglês (PubMed). Os descritores foram combinados utilizando os operadores booleanos "AND" (intersecção) e "OR" (união), conforme a estratégia abaixo:

Grupo 1 (População): (Polícia OR Police OR "Agentes para Cumprimento das Leis" OR "Law Enforcement Officer") AND Grupo 2 (Fenômeno/Interesse): ("Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias" OR "Substance-Related Disorders" OR "Detecção do Abuso de Substâncias" OR "Substance Abuse Detection" OR "Drogas Ilícitas" OR "Illicit Drugs" OR "Uso Recreativo de Drogas" OR "Recreational Drug Use" OR "Consumo de Bebidas Alcoólicas" OR "Alcohol Drinking").

Nas bases que permitiam tal recurso, aplicaram-se filtros de localização ("Brasil" ou "País de Afiliação: Brasil"). Para a base internacional (PubMed), a triagem quanto ao contexto brasileiro foi realizada manualmente.

3.4 Critérios de Elegibilidade

Critérios de Inclusão:

- Artigos originais (pesquisas de campo, quantitativas ou qualitativas);
- Disponíveis na íntegra (texto completo);
- Idiomas português ou inglês;
- Foco no contexto brasileiro;

- Abordagem direta sobre o consumo de substâncias (álcool e outras drogas) na população de agentes de segurança pública (policiais, bombeiros, etc.);
- Publicados no recorte temporal estabelecido entre 2010 e 2025.

Critérios de Exclusão:

- Artigos de revisão (narrativas, integrativas ou sistemáticas), visando evitar duplicidade de dados;
- Editoriais, cartas ao editor e resenhas;
- Literatura cinzenta (teses, dissertações e monografias);
- Resumos de congressos ou anais de eventos;

3.5 Seleção e Síntese dos Dados

O processo de seleção seguiu três fases distintas:

1. Identificação: Aplicação da estratégia de busca e remoção de duplicatas.
2. Seleção: Leitura dos títulos e resumos. Estudos que não atenderam aos critérios de inclusão foram descartados.
3. Elegibilidade: Leitura na íntegra dos artigos pré-selecionados para confirmação e definição da amostra final.

Os dados foram extraídos utilizando um instrumento padronizado contendo: autor(es) e ano, título, delineamento metodológico, população de pesquisa e principais resultados. A análise foi realizada de forma descritiva e qualitativa, agrupando os achados em categorias temáticas .

3.6 Análise dos Resultados das Estratégias de Busca

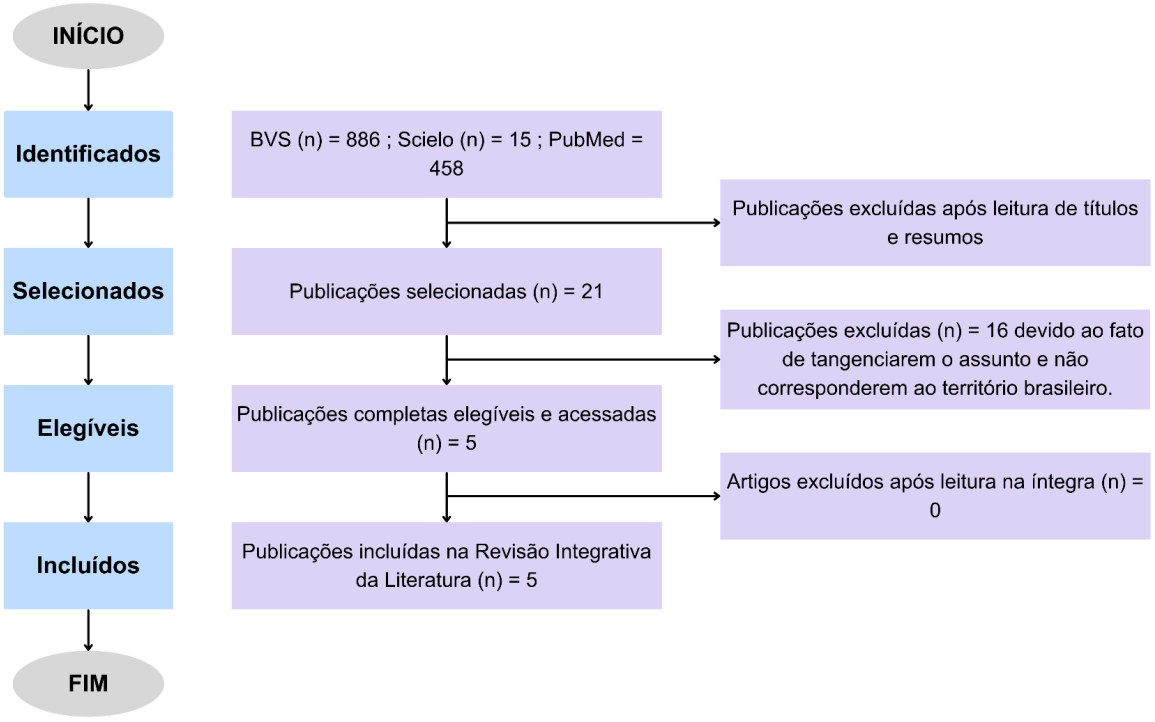
A busca inicial resultou em um conjunto de publicações que foram submetidas às etapas de filtragem supracitadas. Na base de dados SciELO, foram identificados 15 artigos. Contudo, após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão e leitura de títulos e resumos, nenhum estudo desta base foi selecionado para a amostra final. Na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a busca retornou 886 artigos. Após a triagem inicial, restaram 464. A análise de títulos e resumos reduziu este número para 12 artigos pré-selecionados para leitura na íntegra. Na base PubMed, foram

encontrados 458 artigos, resultando em 3 artigos pré-selecionados após a aplicação dos critérios de inclusão.

Desta forma, partindo de 15 artigos pré-selecionados para leitura na íntegra (12 da BVS e 3 da PubMed), a amostra final consolidou-se em 5 artigos que atenderam integralmente ao escopo da revisão. O período de publicação dos 5 estudos selecionados compreendeu os anos de 2013 a 2019.

A figura 1 apresenta o fluxograma dos artigos identificados segundo base de dados, apresentando o processo de seleção e exclusão. O (n) final representou os artigos selecionados conforme leitura na íntegra, que compuseram o resultado do estudo.

Figura 1. Fluxograma, segundo PRISMA, para seleção de estudos encontrados. Parnaíba-PI, Brasil, 2025.



Fonte: De autoria própria.

3.7 Limitações do Estudo

Embora esta revisão siga um protocolo rigoroso, algumas limitações devem ser consideradas:

- **Recorte de Fontes:** A exclusão da "literatura cinzenta" (teses e dissertações) pode ter omitido dados relevantes que ainda não foram publicados em periódicos indexados.
- **Restrição de Idiomas:** A seleção limitada aos idiomas português e inglês pode ter excluído estudos publicados em outras línguas, embora o foco seja o contexto brasileiro.
- **Viés de Publicação:** A amostra final reduzida (n=5) reflete uma escassez de produções recentes sobre o tema nas bases pesquisadas, o que limita a generalização dos achados para todas as corporações de segurança pública do país.
- **Subnotificação:** Por tratar-se de um tema estigmatizado no ambiente militar e policial, os estudos primários analisados podem apresentar viés de resposta (subnotificação do consumo pelos agentes), o que impacta indiretamente a síntese desta revisão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Artigos Selecionados

O levantamento bibliográfico nas bases de dados resultou em um conjunto inicial de publicações que passaram por etapas rigorosas de filtragem para compor a amostra final de 5 artigos. O período compreendido na presente investigação situou-se entre os anos de 2013 e 2019. Observou-se uma concentração de publicações no ano de 2019, que reuniu o maior número de trabalhos, totalizando três artigos, o equivalente a 60% da amostra, seguidos pelos anos de 2015 e 2013, com um artigo publicado em cada ano.

Em relação ao veículo de divulgação científica, três estudos, correspondendo a 60% do total, foram publicados em periódicos da área de Saúde Pública ou Saúde Coletiva, especificamente na Ciência & Saúde Coletiva e na Revista de Saúde Pública. Os demais trabalhos distribuíram-se equitativamente entre a área de Enfermagem, com 20%, e a área de Biociências ou Multidisciplinar, também com 20%. Quanto aos cenários de estudo, houve uma predominância da região Centro-Oeste, onde foram realizadas três das investigações, abrangendo os estados de Goiás e Mato Grosso, o que representa 60% da amostra. As demais pesquisas ocorreram de forma isolada nas regiões Sudeste, no Rio de Janeiro, e Nordeste, na

Bahia, cada uma representando 20%. Cabe ressaltar que os estudos se desenvolveram majoritariamente em ambientes institucionais, envolvendo unidades operacionais de batalhões, delegacias e presídios, além de centros de atenção à saúde militar.

Diante da proposta de analisar o consumo de substâncias entre agentes de segurança pública, a Polícia Militar foi a corporação mais investigada, sendo o foco exclusivo ou compartilhado em quatro dos estudos analisados, perfazendo 80% da amostra. A Polícia Civil foi contemplada em um estudo comparativo , enquanto os Agentes Penitenciários foram o público-alvo de uma investigação específica, evidenciando a diversidade de categorias profissionais dentro do espectro da segurança pública abordadas na literatura.

Quanto à modalidade da coleta de dados, a coleta primária foi unânime entre os estudos analisados, alcançando a totalidade da amostra. O uso de questionários estruturados ou entrevistas foi a técnica mais recorrente, aplicada em quatro trabalhos, ou 80%, para o levantamento de dados sociodemográficos e padrões de consumo. Destaca-se ainda o caráter biomédico de parte das investigações, com dois estudos, representando 40%, utilizando coletas de material biológico, especificamente análises toxicológicas de urina e sorologias sanguíneas, para complementar ou validar os dados obtidos.

No quadro 1 são apresentados detalhes relacionados aos estudos selecionados.

Quadro 1. Caracterização dos estudos incluídos segundo autoria, título, delineamento metodológico, participantes da pesquisa, ano de publicação e principais resultados.

Autoria	Título	Delineamento metodológico	Participantes da pesquisa	Ano de publicação	Principais resultados
Nascimento et al.	Acesso a informações sobre substâncias psicoativas e o consumo por agentes prisionais	Estudo exploratório e qualitativo	Agentes prisionais	2019	O estudo identificou que os agentes prisionais consomem substâncias psicoativas de forma restrita, principalmente álcool e tabaco, em níveis considerados baixos. O álcool foi a substância mais prevalente entre os participantes. Esse consumo aparece como uma prática associada ao enfrentamento das condições adversas e estressantes do ambiente prisional, funcionando como uma espécie de válvula de escape. Apesar disso, não se observou uso intenso ou diversificado de drogas, mas sim um padrão limitado e moderado, ainda que com potenciais impactos negativos para a saúde e qualidade de vida desses profissionais.
Souza et al.	Consumption of licit and illicit substances by police officers in the city of Rio de Janeiro	Estudo transversal (cross-sectional) e quantitativo	Policiais civis e militares	2013	O estudo sobre policiais civis e militares do Rio de Janeiro revelou consumo elevado de substâncias lícitas, especialmente álcool, tabaco e tranquilizantes. Entre civis, 23,3% fumavam regularmente, 12% bebiam diariamente e 13,3% usavam tranquilizantes no último ano; entre militares, os índices foram 19,1%, 11% e

					10,1%, respectivamente. O uso de drogas ilícitas foi baixo: maconha (0,1% civis; 1,1% militares) e cocaína (1,1% militares). O consumo de álcool destacou-se pela intensidade, gerando problemas familiares, sociais e profissionais. Muitos policiais relataram recorrer ao álcool ou outras substâncias para lidar com o estresse da atividade, evidenciando a necessidade de políticas preventivas.
Costa et al.	Prevalência do uso de drogas psicotrópicas em unidades da polícia militar	Estudo transversal e quantitativo	Policiais militares	2015	O estudo realizado com 299 policiais militares da ativa em Goiás identificou uma prevalência geral de uso de drogas psicotrópicas de 2,34%. Entre os casos positivos, 57,1% correspondiam ao uso de benzodiazepínicos, 28,6% ao consumo de canabinoides e 14,3% ao uso de anfetaminas. A grande maioria das amostras (97,66%) apresentou resultado negativo. Não houve associação entre diferentes drogas em um mesmo indivíduo. Os autores destacam que, embora os índices sejam relativamente baixos, a presença dessas substâncias entre policiais militares evidencia a necessidade de testes aleatórios e de políticas públicas preventivas para reduzir riscos à saúde e à segurança
Melo Neto et al.	Psychoactive substances and sexually transmitted	Estudo quantitativo e transversal	Policiais militares	2019	O estudo com policiais militares da região Centro-Oeste do Brasil revelou consumo relevante de substâncias psicoativas, predominando álcool e tabaco, além de uso

	infections among military police officers from central-western, Brazil (“Substâncias psicoativas e infecções sexualmente transmissíveis entre policiais militares do Centro-Oeste do Brasil)				de tranquilizantes e drogas ilícitas em menor escala. Observou-se também prevalência de infecções sexualmente transmissíveis, como sífilis e HIV, associadas a comportamentos de risco, incluindo múltiplos parceiros sexuais e uso irregular de preservativos. A análise evidenciou que o consumo de substâncias está relacionado à vulnerabilidade às IST 's, ampliando riscos à saúde e ao desempenho profissional. Os autores destacam a necessidade de políticas preventivas e programas de promoção da saúde voltados especificamente para policiais militares.
Barreto, C. R.; Lins-Kusterer, L.; Carvalho, F. M.	Work ability of military police officers (Capacidade para o trabalho de policiais militares)	Estudo descritivo e transversal	Policiais militares	2019	O estudo sobre policiais militares de Salvador avaliou a capacidade para o trabalho e incluiu variáveis relacionadas ao uso de substâncias. Embora não tenha sido o foco central, observou-se que o consumo frequente de álcool esteve associado a maior proporção de baixa capacidade para o trabalho (20,8%), em comparação ao consumo social ou ausência de consumo (9,5%). Já o tabagismo não apresentou impacto significativo. O destaque recai sobre o álcool, evidenciado como fator de risco adicional.

Fonte: De autoria própria.

Artigo 1: Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro

O estudo conduzido por Souza et al. (2013) teve como objetivo central investigar o padrão de consumo de substâncias psicoativas, tanto lícitas quanto ilícitas, entre policiais civis e militares atuantes na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, os pesquisadores realizaram um estudo seccional sobre condições de trabalho e saúde, aplicando questionários a uma amostra representativa das duas corporações. A metodologia permitiu traçar um panorama comparativo entre as forças, revelando que o consumo de substâncias lícitas é hegemônico em relação às ilícitas.

Os resultados apontaram prevalências elevadas de uso regular de tabaco, atingindo 23,3% dos policiais civis e 19,1% dos militares. O consumo de álcool mostrou-se ainda mais preocupante, com relatos de uso diário por 12% dos civis e 11% dos militares. Além da frequência, a intensidade do consumo foi destacada, acarretando problemas significativos no ambiente de trabalho e nas relações sociais e familiares dos agentes. No que tange aos psicofármacos, o estudo identificou um uso considerável de tranquilizantes no ano anterior à pesquisa, reportado por 13,3% dos civis e 10,1% dos militares. Em contrapartida, o uso declarado de drogas ilícitas foi baixo, com a maconha sendo citada por 0,1% dos civis e 1,1% dos militares, e a cocaína por 1,1% dos militares. Os autores concluem alertando para a necessidade urgente de políticas públicas preventivas, sugerindo que os dados sobre substâncias ilícitas podem estar subestimados devido ao estigma e medo de punição, enquanto o álcool se consolida como o principal problema de saúde pública na categoria.

Artigo 2: Psychoactive substances and sexually transmitted infections among military police officers from Central-Western, Brazil

A pesquisa desenvolvida por Neto et al. (2019) buscou avaliar o perfil de policiais militares da região Centro-Oeste do Brasil, focando na correlação entre o uso de substâncias psicoativas e a prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Trata-se de um estudo transversal realizado em 2015 com 657 policiais militares de Goiás, que combinou a aplicação do questionário ASSIST

(Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test) com a realização de sorologias.

Os achados revelaram que uma vasta maioria da tropa, 78,5%, já consumiu substâncias psicoativas em algum momento da vida. O álcool foi a substância de maior prevalência, utilizado por 76,7% dos participantes, seguido pelo tabaco com 28,5%. O uso de substâncias ilícitas foi relatado por 5,2% dos policiais. Um dado crítico levantado pelo estudo foi a necessidade de intervenção: 23,3% dos policiais apresentaram pontuação no ASSIST indicativa de necessidade de intervenção breve, e 1,4% precisaram de encaminhamento para tratamento intensivo devido ao grau de comprometimento com as substâncias. Além disso, a pesquisa detectou uma prevalência de IST de 14,0%, com taxas de Hepatite B (7,6%) e sífilis (6,8%) superiores às encontradas na população geral, sugerindo uma vulnerabilidade aumentada neste grupo profissional. O estudo concluiu que o uso de tabaco possui uma forte associação com o consumo de múltiplas substâncias.

Artigo 3: Work ability of military police officers (Capacidade para o trabalho de policiais militares)

Barreto et al. (2019) focaram sua investigação na determinação da prevalência da capacidade para o trabalho (via Índice de Capacidade para o Trabalho - ICT) e na descrição das características dos policiais que apresentam baixa capacidade laboral. O estudo transversal analisou 329 policiais militares de Salvador, Bahia, engajados em atividades de policiamento ostensivo, utilizando o ICT e um formulário estruturado para coleta de dados sociodemográficos e de saúde.

Os resultados indicaram que 10,3% dos policiais possuíam capacidade para o trabalho classificada como "ruim" e 28,9% como "moderada". A análise detalhada desse subgrupo com capacidade ruim revelou associações estatísticas importantes: a prevalência de baixa capacidade foi significativamente maior entre aqueles que não possuíam casa própria, trabalhavam mais de 8 horas por dia e eram obesos. No cruzamento específico com o uso de substâncias, observou-se que 20,8% dos policiais que consumiam álcool frequentemente e 15,8% dos fumantes apresentavam capacidade de trabalho comprometida, embora a obesidade tenha se destacado como o fator de maior impacto estatístico. Os autores concluíram que

uma parcela considerável da força policial de Salvador (quase 40% somando as categorias ruim e moderada) opera com capacidade laboral reduzida, o que pode comprometer a eficácia e a segurança das atividades de policiamento, destacando a necessidade de controle da jornada de trabalho e programas de saúde física.

Artigo 4: Acesso a informações sobre substâncias psicoativas e o consumo destas por agentes penitenciários

Diferenciando-se pela abordagem qualitativa, Nascimento et al. (2019) objetivaram identificar como o acesso à informação sobre drogas influencia o consumo entre agentes prisionais. O estudo exploratório foi realizado em uma cadeia pública no estado de Mato Grosso, utilizando entrevistas semiestruturadas para captar as percepções subjetivas dos trabalhadores.

A análise dos discursos revelou que a maioria dos profissionais utiliza substâncias psicoativas, restringindo-se quase exclusivamente ao álcool e ao tabaco. Um achado central foi a percepção do uso dessas substâncias como uma "válvula de escape" ou uma estratégia defensiva para lidar com o estresse, o medo e a insalubridade inerentes ao ambiente prisional. Paradoxalmente, os agentes demonstraram ter amplo acesso a informações sobre os malefícios das drogas através de mídias eletrônicas e telejornais. No entanto, esse acesso informacional não se traduziu necessariamente na prevenção ou na adoção de hábitos saudáveis.

O estudo conclui que a informação passiva, isolada de ações educativas estruturadas no ambiente de trabalho, é insuficiente para modificar a cultura de consumo, sugerindo a implementação de atividades educativas in loco para impactar positivamente a qualidade de vida do grupo.

Artigo 5: Prevalência do uso de drogas psicotrópicas em unidades da polícia militar

O estudo de Costa et al. (2015) trouxe uma perspectiva toxicológica objetiva, visando verificar a prevalência do uso de drogas psicoativas (incluindo anfetaminas, canabinoides, cocaína, opioides e benzodiazepínicos) em policiais militares de Goiás. A metodologia baseou-se na coleta voluntária de amostras de urina de 299 policiais, submetidas a triagem por imunocromatografia e confirmação por cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massa.

Os exames revelaram que a grande maioria das amostras (97,66%) resultou negativa para as substâncias pesquisadas. Entre os casos positivos, houve uma predominância notável de benzodiazepínicos (1,34%), superando a detecção de canabinoides (0,67%) e anfetaminas (0,33%). A distribuição dos casos positivos mostrou que 57,1% correspondiam a benzodiazepínicos, o que sugere um padrão de uso voltado para o tratamento de desequilíbrios emocionais, ansiedade ou distúrbios do sono, condições frequentemente associadas à atividade operacional militar. Os autores concluem que, apesar da baixa prevalência geral, a detecção de substâncias em uma amostragem voluntária é um sinal de alerta que justifica a implementação de testes aleatórios e políticas preventivas robustas para evitar as consequências do consumo abusivo na corporação.

4.2 A Hegemonia das Substâncias Lícitas: Álcool e Tabaco

A análise transversal da literatura selecionada aponta de forma unânime para a predominância das substâncias lícitas no cotidiano dos agentes de segurança, contrastando com a atenção frequentemente dada às drogas ilícitas. Souza et al. (2013) destacaram que o uso diário de álcool é uma realidade para uma parcela significativa da força policial (12% dos civis e 11% dos militares), enquanto o tabagismo regular atinge quase um quarto do efetivo civil. Esses dados são corroborados pelo estudo de Neto et al. (2019) em Goiás, que encontrou uma prevalência de uso de álcool na vida de 76,7%, consolidando-o como a substância psicoativa mais consumida pela categoria.

Essa alta prevalência não é um fenômeno isolado, mas encontra eco na literatura internacional. Violanti et al. (2001), em estudos sobre o trabalho policial, alertam que o álcool é frequentemente utilizado como um mecanismo de enfrentamento (coping) culturalmente aceito para lidar com o estresse do trabalho, criando um padrão onde o beber é socialmente esperado após os turnos de serviço.

Do ponto de vista qualitativo, Nascimento et al. (2019) reforçam que o consumo de álcool e tabaco é muitas vezes naturalizado dentro da cultura institucional, servindo como ferramenta de socialização e relaxamento. Minayo, Souza e Constantino (2008), em sua obra sobre a polícia do Rio de Janeiro, aprofundam essa questão ao discutirem a cultura institucional e o "ethos da virilidade". Segundo as autoras, o comportamento de risco e a resistência física

fazem parte da construção da identidade policial, onde admitir sofrimento ou recusar a socialização, muitas vezes associada ao consumo de álcool, pode ser visto pelos pares como fragilidade.

No entanto, o impacto desse consumo vai além do lazer: Souza et al. (2013) evidenciaram que o uso intenso de álcool acarreta problemas concretos no desempenho laboral e na estabilidade das relações familiares e sociais. Adicionalmente, Neto et al. (2019) identificaram que o uso de tabaco possui uma forte correlação estatística com o consumo de outras substâncias psicoativas ao longo da vida, sugerindo que o combate ao tabagismo pode ser uma porta de entrada estratégica para a prevenção de uso de drogas na corporação.

4.3 O Uso de Psicotrópicos: O Fenômeno da Automedicação

Um dos eixos temáticos mais relevantes identificados nos estudos toxicológicos refere-se ao uso expressivo de psicotrópicos, revelando um processo de medicalização do sofrimento psíquico entre policiais militares. Costa et al. (2015) demonstraram que os benzodiazepínicos foram as substâncias mais detectadas nos exames de urina, correspondendo a 57,1% dos casos positivos, superando inclusive drogas ilícitas como a maconha e a cocaína. Esse achado sugere que, diferentemente do consumo recreativo, o uso nessa população possui caráter funcional, voltado para o alívio sintomático de tensões emocionais.

Esse padrão de consumo está diretamente associado à tentativa de manejar a ansiedade e os distúrbios do sono decorrentes das exigências da atividade operacional, pois o estado de alerta constante exigido por certas profissões impede o relaxamento natural, levando o indivíduo a buscar meios externos para “desligar” (LIPP, 2009). Essa hipótese dialoga com os achados de Alves, Bendassolli e Gondim (2017), que relatam que a variedade e a intensidade das emoções, bem como a frequente interação com criminosos, podem desencadear exaustão emocional. Sendo assim, diante da sobrecarga emocional e da falta de suporte institucional, muitos recorrem a estratégias individuais de enfrentamento, incluindo a automedicação como forma de aliviar sintomas e manter-se ativos. Trata-se de uma prática silenciosa e pouco monitorada, que representa um risco adicional — entre tantos outros — para a saúde mental e física dos policiais (Cury et al, 2022).

Essa busca por alívio é corroborada pelos dados de Souza et al. (2013), que identificaram o uso de tranquilizantes no último ano em 13,3% dos policiais civis e 10,1% dos militares. Além dos psicofármacos, o estudo de Costa et al. (2015) também apontou a presença de outras drogas: foram detectados canabinoides (28,6%) e anfetaminas (14,3%) nos casos positivos. Em levantamentos complementares, verificou-se ainda o uso de álcool (87,8%), tabaco (39,9%), solventes (10%), estimulantes (7,2%), sedativos, ansiolíticos e antidepressivos (6,8%), além de maconha (8,1%), cocaína (1,8%) e até LSD (0,5%) em algum momento da vida. Esses dados reforçam que, embora os psicofármacos sejam predominantes na rotina funcional, há um consumo diversificado que atua como válvula de escape.

4.4 Condições de Trabalho e Estresse como Gatilhos

A relação causal entre as condições adversas de trabalho e o consumo de substâncias é amplamente suportada pelos estudos analisados. O conceito de "válvula de escape", identificado por Nascimento et al. (2019) nas falas de agentes penitenciários, ilustra como o uso de substâncias é percebido como uma prática defensiva necessária para suportar o estresse e a insalubridade do cotidiano prisional.

É fundamental diferenciar as fontes desse estresse. Wagner et al. (2020), em uma revisão sistemática sobre a saúde mental de profissionais de segurança pública, destacam que, além do risco inerente à profissão (trauma operacional), os fatores organizacionais — como falta de recursos, escalas exaustivas e gestão punitiva — são determinantes críticos para o adoecimento mental e abuso de substâncias.

Barreto et al. (2019) identificaram que a baixa capacidade para o trabalho entre policiais militares esteve associada a jornadas superiores a oito horas diárias. Esses fatores, ao comprometerem o desempenho ocupacional, evidenciam como determinadas condições de trabalho podem atuar como elementos de risco para a saúde do policial. Carleton et al. (2018), em um amplo estudo com profissionais de segurança pública, demonstraram que a exposição repetida a eventos traumáticos resulta em taxas elevadas de transtornos mentais que possuem alta comorbidade com o abuso de álcool e drogas.

As consequências desse ciclo são tangíveis: Souza et al. (2013) reportaram que o uso de substâncias resultou em problemas no trabalho para 4,9% dos militares e absenteísmo para 4,4%, evidenciando que a "válvula de escape" acaba, paradoxalmente, comprometendo a própria atividade profissional que o agente tenta suportar.

4.5 Desafios na Prevenção e Detecção

Por fim, a análise integrada dos artigos revela lacunas significativas nas estratégias atuais de prevenção e detecção do uso de drogas. Existe uma barreira imposta pelo medo e pela subnotificação: Costa et al. (2015) alertam que os resultados de testes voluntários podem estar subestimados, pois usuários frequentes de drogas ilícitas tenderiam a evitar a participação. Da mesma forma, Souza et al. (2013) apontam que o receio de punições disciplinares pode levar à omissão de informações em questionários de autorrelato.

Além disso, Nascimento et al. (2019) demonstram a ineficácia da informação isolada. Embora os agentes tenham amplo acesso a conteúdos sobre os riscos das drogas via mídia, isso não se traduz em mudança de comportamento, indicando que a conscientização passiva não é suficiente para competir com a cultura organizacional de consumo descrita por Minayo, Souza e Constantino (2008). Diante desse cenário, Neto et al. (2019) defendem a necessidade de intervenção ativa, destacando que o uso de ferramentas de rastreamento como o ASSIST permitiu identificar que quase um quarto dos policiais necessitava de intervenção breve. A literatura converge, portanto, para a necessidade de políticas que transcendam a punição e a informação básica, focando em rastreamento ativo, suporte psicossocial e melhoria das condições organizacionais de trabalho.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar a produção científica brasileira acerca do consumo de álcool e outras drogas entre agentes da segurança pública, motivado pela necessidade de compreender como as condições laborais extremas impactam a saúde mental e o comportamento desses profissionais. O objetivo central foi identificar a prevalência, os fatores de risco e os padrões de uso dessas

substâncias, para além de uma visão meramente disciplinar, mas sob a ótica da saúde do trabalhador.

A síntese dos resultados aponta para uma hegemonia do consumo de substâncias lícitas. O álcool consolidou-se como a substância de maior prevalência, utilizado frequentemente como uma "válvula de escape" socialmente aceita para o alívio de tensões inerentes à atividade policial. Paralelamente, observou-se um fenômeno preocupante de medicalização do sofrimento, evidenciado pelo uso expressivo de benzodiazepínicos (tranquilizantes), sugerindo uma tentativa de automedicação para lidar com a ansiedade, distúrbios do sono e o estado de alerta constante exigido pela profissão. Em contrapartida, a detecção de drogas ilícitas mostrou-se baixa, embora os próprios estudos sugiram que estes dados podem estar subestimados devido ao forte estigma e ao receio de sanções administrativas.

Respondendo à pergunta norteadora deste estudo, a literatura revela que o consumo de substâncias na segurança pública brasileira não é um evento isolado ou apenas recreativo, mas um sintoma de adoecimento psíquico relacionado ao trabalho. As evidências demonstram que longas jornadas, exposição à violência, rigidez hierárquica e falta de suporte institucional funcionam como gatilhos que empurram o agente para o uso de substâncias como mecanismo de defesa disfuncional. A produção científica confirma que o "ethos da virilidade" e a cultura de invulnerabilidade nas corporações dificultam a busca por ajuda, perpetuando o ciclo de abuso e sofrimento silencioso.

Contudo, é necessário pontuar as limitações deste estudo. A revisão integrativa identificou um número reduzido de publicações que atendiam aos critérios de elegibilidade - apenas 5 artigos - com uma concentração de pesquisas na região Centro-Oeste e uma lacuna de dados sobre outras regiões do país. Além disso, o recorte temporal dos estudos primários selecionados (2013 a 2019) pode não refletir totalmente as dinâmicas mais recentes da segurança pública. A natureza dos dados, muitas vezes baseada em autorrelato, também carrega o viés da subnotificação, dado o medo de represálias que permeiam o ambiente militar e policial.

Diante do exposto, sugere-se para pesquisas futuras a realização de estudos longitudinais que acompanhem a saúde mental dos agentes desde o ingresso na corporação, bem como investigações qualitativas que aprofundem as barreiras culturais para a busca de tratamento. Recomenda-se, também, que as instituições

de segurança pública invistam em políticas de prevenção que transponham a lógica punitiva, implementando programas de rastreamento ativo e suporte psicossocial sigiloso, reconhecendo o consumo de substâncias como uma questão de saúde ocupacional que exige cuidado, e não apenas punição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. S. C.; BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Emotional labor and burnout: a study with the military police. Avances en Psicología Latinoamericana, Bogotá, v. 35, n. 3, p. 459-472, 2017.

BARRETO, C. R.; LINS-KUSTERER, L.; CARVALHO, F. M. Work ability of military police officers. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 53, n. 79, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2019053001014. . Acesso em: 8 out. 2025.

BARRETO, I. F. et al. Capacidade para o trabalho e fatores associados em policiais militares. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 533-542, 2019.

BAZON, M. R. Suicídio é a maior causa de morte entre policiais no Brasil. Jornal da USP, Ribeirão Preto, 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/suicidio-e-a-maior-causa-de-morte-entre-policiais-no-brasil/. . Acesso em: 1 nov. 2025.

BERTOLOTE, J. M. et al. Detecção do risco de suicídio nos serviços de emergência psiquiátrica. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 32, supl. II, p. S87-S92, out. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/tF7BMYYsc7sT53qQd5hWrPt/?format=pdf&lang=pt. . Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. . Acesso em: 10 set. 2025.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 119-141, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sur/a/nkKZBphPZCQ3ssHDHwTLN3F. . Acesso em: 12 set. 2025.

CARLETON, R. N. et al. Mental disorder symptoms among public safety personnel in Canada. The Canadian Journal of Psychiatry, [S.l.], v. 63, n. 1, p. 54-64, 2018.

COSTA, S. H. N. et al. Prevalência do uso de drogas psicotrópicas em unidades da polícia militar. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1907-1916, jun. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.00942014. . Acesso em: 2 out. 2025.

COSTA, S. H. N. et al. Toxicological screening of drugs of abuse in biological samples from military police officers. Journal of Forensic and Legal Medicine, [S.l.], v. 35, p. 37-42, 2015.

CURY, B. P. R. et al. O impacto da síndrome de burnout na tropa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar – RC-ESPM, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 109-130, abr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5935/2178-4590.20220004. . Acesso em: 5 out. 2025.

LIPP, M. E. N. O stress no Brasil: pesquisas avançadas. Campinas: Papirus, 2009.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

NASCIMENTO, A. B. et al. Uso de substâncias psicoativas por agentes penitenciários. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 72, n. 4, p. 987-994, 2019.

NASCIMENTO, V. F. et al. Acesso a informações sobre substâncias psicoativas e o consumo por agentes prisionais. Enfermería Actual de Costa Rica, San José, n. 36, p. 1-20, jan./jun. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.15517/revenf.v0i36.34918. . Acesso em: 5 out. 2025.

NASH, V. Relationship between substance use, alcohol, and posttraumatic stress disorder symptoms in law enforcement. 2023. 121 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – College of Social and Behavioral Sciences, Walden University, Minneapolis, 2023. Disponível em: https://scholarworks.waldenu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=15646&context=dissertations. . Acesso em: 5 nov. 2025.

NETO, J. O. S. et al. Prevalência do uso de álcool e tabaco e fatores associados em policiais militares de Goiás. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 22, e190022, 2019.

PEREIRA, D. et al. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 31, n. 2, e201008pt, 2022. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sausoc/2022.v31n2/e201008pt/. . Acesso em: 20 set. 2025.

RIBEIRO, B. M. S. S. et al. Fatores associados ao burnout em policiais militares de uma cidade do Paraná. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 72, n. 6, p. 1656-1663, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/fB3ZZPhz9ZsLhVhvvNGXHzr/?lang=pt&format=pdf. . Acesso em: 25 out. 2025.

SANTOS, E. F. A. et al. Prevalência do uso de drogas psicotrópicas em unidades da polícia militar. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1327-1335, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/kwmyVwrrqFcGd6Tr6NnCqhb/?lang=pt. . Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, J. R. et al. Psychoactive substances and sexually transmitted infections among military police officers from central-western Brazil. Bioscience Journal, Uberlândia, v. 41, n. 2,

p. 345-356, 2025. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/42652. . Acesso em: 15 nov. 2025.

SOARES, C. B. et al. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-345, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0080-62342014000020. . Acesso em: 12 set. 2025.

SOUZA, E. R. et al. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 863-872, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/zQ4p9M49p8wW73S7d8dGY3H/. . Acesso em: 28 set. 2025.

SOUZA, E. R.; SCHENKER, M.; CONSTANTINO, P.; CORREIA, B. S. C. Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 667-676, mar. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300012. . Acesso em: 12 set. 2025.

VIOLANTI, J. M. Coping strategies among police recruits in a high-stress training environment. The Journal of Social Psychology, v. 132, p. 717-729, 2001.

WAGNER, S. L. et al. Mental health in public safety personnel: a systematic review. Cogent Psychology, [S.l.], v. 7, n. 1, 1719629, 2020.